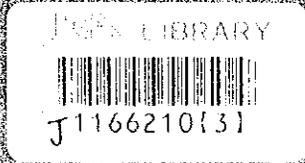


Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA)
República Federativa do Brasil
Estado de Tocantins
Secretaria de Agricultura (SAGRI)
Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente (SEPLAN/SETO)

ESTUDO DE DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUARIO DA REGIÃO NORTE DO ESTADO DO TOCANTINS

ANEXO



Agosto de 2001

Pacific Consultants International

JICA
ESTUDO DE DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUARIO
DA REGIÃO NORTE DO ESTADO DO TOCANTINS
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ANEXO

AGOSTO DE 2001

703
807
AFA

AFA
UR
01/3/4

Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA)

República Federativa do Brasil

Estado do Tocantins

Secretaria da Agricultura (SAG-TO)

Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente (SEPLAN-TO)

**ESTUDO DE DESENVOLVIMENTO
DO SETOR AGROPECUÁRIO DA
REGIÃO NORTE DO
ESTADO DO TOCANTINS**

ANEXO

Agosto de 2001

Pacific Consultants International



1166210(3)

República Federativa do Brasil
Estado do Tocantins
Secretaria da Produção (SEPRO -TO)
Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente (SEPLAN -TO)

Agencia de Cooperação
Internacional do Japão
(JICA)

ANEXO I

CONDIÇÕES SÓCIO-ECONÔMICAS DO BRASIL

ANEXO I

CONDIÇÕES SÓCIO-ECONÔMICAS DO BRASIL

1.	Situação Geral do Brasil	- 1
2.	Tendências da Economia	- 1
	(1) Situação Geral da Economia	- 1
	(2) Taxa de Inflação	- 2
	(3) Taxa de Juros	- 2
	(4) Produção Bruta Nacional por Setor Produtivo	- 2
	(5) Balanço Internacional	- 3
	(6) Comércio Brasileiro	- 4
	(7) Dívidas Externas do Brasil	- 5
3.	Modificações das Políticas Nacionais	- 6
	(1) Política Econômica	- 6
	(2) Plano Plurianual	- 7
4.	Políticas Agrícolas do Governo Federal	- 7
	(1) Revisão histórica da política agrícola	- 7
	(2) Tendências das Políticas Agrícolas	- 8
	(3) Políticas Agrícolas Específicas	- 8
	(4) Medidas de Transição	- 9
	(5) Medidas a longo prazo	- 11
5.	Tendências do Setor Agrícola	- 12
	(1) Uso e Posse da Terra	- 12
	(2) Economia Rural	- 13
	(2) Produção Agrícola	- 15
6.	Condições Sociológicas	- 15

1. Situação Geral do Brasil

A República Federativa do Brasil possui uma área de aproximadamente 8,5 milhões de quilômetros quadrados, sendo o maior país da América Latina (5º maior do mundo). Seu território se estende desde 05°16' latitude norte a 33°45' latitude sul no sentido norte-sul e 34°47' a 73°59' longitude oeste no sentido leste-oeste. Seu clima é muito variado compreendendo florestas tropicais (Norte), semi-árido (Centro) e temperado (Sul).

A população em 1996, de acordo com o IBGE, era de 157 milhões de habitantes, onde 123 milhões viviam na zona urbana e 34 milhões (22%) na zona rural. O crescimento populacional de acordo com os censos de 91 e 96 foi de aproximadamente 1.36%. A população ainda encontra-se concentrada principalmente em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, somando 40,9% da população total. A densidade demográfica média do país é de 19.2 habitantes por quilometro quadrado embora exista uma grande diferença entre os maiores e menores densidades que são respectivamente 338.3 hab./km² no Distrito Federal e 1,2 hab./km² em Roraima. No entanto, atualmente o crescimento populacional tem sido intenso na região amazônica. A população economicamente ativa é de aproximadamente 60 milhões onde 23 % destes estão relacionados ao setor agropecuário.

Outros indicadores sociais mostram que a expectativa média de vida é de 67,6 anos, a taxa de mortalidade infantil é de 42 em 1000 crianças, taxa de natalidade de 2,2, taxa de escolaridade no nível primário de 88%, taxa de analfabetismo para menores de 15 anos de 19%. O índice de desenvolvimento humano apresenta uma média de 0,74 no território brasileiro onde os maiores índices são alcançados pelo Distrito Federal e Rio Grande do Sul, e os menores em Piauí e Maranhão.

A República Federativa do Brasil é formada pelo Distrito Federal, onde se encontra a capital Brasília, e mais 26 estados. Estes são agrupados em 5 regiões (norte, nordeste, sudeste, sul e Centro-Oeste). A maioria das atividades econômicas dependem das regiões sul e sudeste, onde estão concentradas os setores industriais, comerciais e de produção agrícola. Um dos maiores problemas do Brasil está relacionado com esta concentração da atividade econômica, o qual acarreta uma grande diferença regional criando diferenças de renda dentro do país.

Indicadores Econômicos do Brasil

	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Área (km ²)	3,869,677.9	1,561,177.8	927,286.2	577,214.0	1,612,077.2
Número de Municípios (1999)	449	1,787	1,666	1,159	446
População (1999)	12,133,705	46,289,042	69,858,115	24,445,950	11,220,742
População Urbana (%) (1999)	62.3	65.2	89.3	77.2	84.4
Taxa de Crescimento Populacional (%) (1991-1996)	2.4	1.1	1.3	1.2	2.2
Taxa de Analfabetismo (1996)	12.4	28.7	8.7	8.9	11.6
Escolaridade Infantil (7-14 anos) (%) (1998)	8.1	8.0	2.4	2.9	5.7
Taxa de Mortalidade Infantil (em 1000) (1998)	35.2	57.9	24.8	22.4	25.1
IDH (1996)	0.727	0.608	0.857	.860	.848
Taxa de Contribuição no PIB (%)	4.87	12.68	59.41	15.89	7.15
PIB per capita (US\$) (1998)	2,738	1,845	5,744	4,387	4,338

2. Tendências da Economia

(1) Situação Geral da Economia

Embora o Brasil tenha tido grandes taxas inflacionárias durante a metade final dos anos 80 até começo dos anos 90, esta taxa de inflação foi estabilizada com a implantação do plano Real em 94. A política econômica que até então era centralizada nos planos de desenvolvimento do governo começou a ser aberta ao mercado, impulsionando uma economia mais livre com a livre importação, privatização e regulamentos menos rigorosos. Com isso, recuperou-se a economia através de investimentos diretos e indiretos entre outros, acarretando uma grande entrada de recursos. No entanto, a política de contenção da inflação através da política cambial acarretou vários fatores negativos aumentando a dívida externa

do país.

Os resultados da política de contenção da inflação, que começou a aparecer após 1993, acarretou um crescimento econômico favorável, e em 1994 a taxa de crescimento do PIB alcançou 5,9%. No entanto, a política cambial para o controle da inflação, as políticas financeiras e a influência de financiamentos externos, como da Ásia e Rússia, estagnou o crescimento econômico fazendo com que a taxa de crescimento do PIB decrescesse até 0,1% em 1998.

(2) Taxa de Inflação

Com relação a inflação, a política financeira do governo obteve resultado conseguindo controlar a inflação. Também, a taxa de câmbio foi corrigida com a introdução de capital de giro com altos juros, estabilizando gradualmente o preço do mercado. Embora a taxa de inflação tenha atingido 2.700 % em 1993, em 1998 a taxa anual de inflação ficou estabilizada em 1,7%. No entanto, o Brasil também foi influenciado pela crise da moeda asiática e russa, a qual acarretou um desbalanço econômico parcial no início de 99, que por sua vez acarretou uma grande variação no câmbio. Assim, a taxa de inflação teve um grande aumento após 1998. Em 99 a taxa de inflação foi de 28,9% ao ano a nível de preço de atacado e 8,9% a nível de preço de varejo mostrando a possibilidade de novo aumento da inflação.

Variação da Taxa de Inflação Anual (%)

	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
IGP-DI	1.157,9	2.708,6	909,7	14,8	9,3	7,5	1,7	13,5
IPC	1.129,5	2.491,0	1.173,0	17,8	7,1	1,9	-0,5	5,4

(Fonte: Almanaque Abril 2000)

(3) Taxa de Juros

A taxa de juros de organismos financiadores foi utilizada como principal meio de estabilizar a economia. Portanto, mesmo após a estabilização da inflação, as taxas de juros foram fixadas a níveis altos. A seguir é apresentado a variação das taxas de juros para os principais indicadores utilizados pelos organismos financiadores.

Variação de Taxa de Juro Anual (%/ano)

	1995/12	1996/12	1997/12	1998/12	1999/12
Over/Selic	38,92	23,94	42,04	31,24	18,99
TR	17,32	10,98	16,88	9,29	3,66
TJLP	17,72	11,02	9,89	18,06	12,50
TBF	36,99	22,84	39,25	29,90	20,32
TBC	-	23,00	40,92	23,55	18,99

(Fonte: Banco Central do Brasil)

Atualmente alguns programas de financiamento agrícola (após 1986) ainda utilizam como base estas operações com taxas pré-fixadas (1999/2000) mesmo após 1995 quando a inflação começou a se estabilizar e os juros reais foram fixados a um nível alto, tornando-se um fator que pressionou a economia agrícola.

(4) Produção Bruta Nacional por Setor Produtivo

A produção no Brasil por setor tem como o maior contribuidor o setor terciário que inclui o comércio, seguido do secundário e primário. O setor terciário teve sua contribuição reduzida após a estabilização da inflação. Principalmente isto pode ser dito ao setor financeiro que no auge da inflação, em 93, contribuía com 25 % e em 98, após a estabilização, baixou para 6,5%. No lugar deste, os setores de comunicação e de construção tiveram um grande aumento. Além disso, atualmente o setor agrícola tem recebido boas influências da política de promoção da exportação, aumentando a exportação, elevando assim a contribuição do setor agrícola ao PIB. O índice de contribuição da produção nacional por setor é apresentado a seguir.

Índice de Contribuição da Produção Nacional por Setor (%)

Sector	91	93	95	97	98
Primário(Agropecuária)	6,9	5,8	8,5	7,5	8,0
Secundário(Indústria)	32,0	31,8	34,5	33,1	32,3
Terciário(Serviços)	61,1	67,6	57,1	59,4	59,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

(Fonte: IBGE - Contas Consolidadas para a Nação)

Se observarmos a variação da produção nacional, na época de inflação extrema, entre 88 a 92, o índice de desenvolvimento econômico era muito baixo. No entanto após o início do controle da inflação, em 93, o crescimento econômico apresentou-se satisfatório. No entanto, a influência da crise das moedas asiáticas e russa estagnou a economia. Por outro lado, o valor do produto real per capita mostrou apenas um crescimento de 5% durante 86 a 98. Principalmente durante a desordem econômica (91 a 92) que apresentou uma taxa negativa de crescimento. O quadro a seguir apresenta a produto interno bruto nacional.

Índice de Desenvolvimento da Produção por Setor (PIB)

Ano	PIB Preço 98 (R\$ 10 ⁶)	PIB/Capita Preço 98 (R\$ 10 ⁶)	Taxa de Crescimento Real (%)			
			Total	Agricultura	Indústria	Comércio
1986	711.672	5.285	7,5	-8,0	11,7	8,1
1987	736.794	5.368	3,5	15,0	1,0	3,1
1988	736.352	5.266	-0,1	0,8	-2,6	2,3
1989	759.620	5.338	3,2	2,8	2,9	3,5
1990	726.577	5.042	-4,3	-3,7	-8,2	-0,8
1991	734.060	5.014	1,0	1,4	0,3	2,0
1992	730.097	4.910	-0,5	4,9	-4,2	1,5
1993	766.017	5.075	4,9	-0,1	7,0	3,2
1994	810.829	5.295	5,9	5,5	6,7	4,7
1995	845.046	5.441	4,2	4,1	1,9	4,5
1996	868.370	5.514	2,7	3,1	3,3	2,3
1997	900.326	5.640	3,6	-0,2	5,8	2,7
1998	901.406	5.571	-0,1	0,0	-1,3	0,8

Fonte: Boletim do Banco Central (Dez/99)

(5) Balanço Internacional

O balanço internacional brasileiro tem sido negativo constantemente até 1992 onde ocorreu um breve balanço positivo. No entanto, com o Plano Real em 1994, a moeda estabilizou-se e ocorreu um aumento na importação, levando o balanço comercial para o negativo novamente. O crescimento nas importações entre 93 e 97 foi de 25% ao ano. Por outro lado, embora tenha ocorrido também um aumento nas exportações, este aumento não passou de 8% ao ano, piorando ainda mais a balança comercial.

Balço Total

Unidade: US\$ milho

	1991	1993	1995	1997	1998
Balço Total	-6,043	7,813	-3,304	-7,845	-17,265
Comercial	10,579	13,308	-3,257	-8,357	-6,430
Exportação	32,620	38,563	46,506	52,990	51,120
Importação	21,041	25,256	49,663	61,347	57,550
Não Comercial	-11,943	-13,899	-14,627	-26,284	-29,459
Juros e Outros	-13,542	-15,585	-18,600	-26,284	-29,459
Remessas/Dividendo	1,599	1,686	3,973	2,216	1,778
Transferência	-1,407	-592	-17,784	-32,426	-34,111
Capital	-4,148	10,115	29,820	26,072	15,924
Investimento	535	6,270	4,870	20,815	20,884
Empréstimo	2,026	2,380	2,641	18,409	18,146
Restituição	-7,830	-9,978	-11,026	-28,714	-33,587
Empréstimo de longo/médio prazo	3,997	10,790	34,403	28,870	41,673
Capital de curto prazo	-2,876	653	-1,068	-13,307	-29,093
Outros	876	-1,119	1,444	-1,492	921

Fonte: Relatório Anual do Banco do Brasil

(6) Comércio Brasileiro

(6.1) Valor da Exportação / Importação

O comércio, que estava satisfatório após 1985, teve um decréscimo na exportação e um aumento na importação devido ao plano Real, estabelecido em 1994, que fortaleceu o Real em relação ao Dólar. Assim a balança comercial tornou-se negativa após 1995, necessitando que o governo tomasse medidas em relação a isto. A seguir é apresentada a variação do comércio após 1992.

Exportação/Importação Brasileira (Unidade: US\$10⁶)

Ano	Exportação	Importação	Balço
1992	35,793 (100)	20,554 (100)	15,239
1993	38,555 (108)	25,256 (123)	13,299
1994	43,545 (122)	33,079 (161)	10,466
1995	46,506 (130)	49,858 (243)	-3,352
1996	47,747 (133)	53,286 (259)	-5,539
1997	52,990 (148)	59,755 (291)	-6,765
1998	51,120 (143)	57,731 (281)	-6,611

Fonte: Boletim do Banco Central do Brasil, 12/99

(6.2) Exportação por Setor e a Indústria Primária

A exportação brasileira tem como principais produtos agrícolas o café, soja, cacau, açúcar, suco de laranja e carnes, como principais produtos industrializados aviões, eletrodomésticos, produtos de couro e produtos têxteis. A exportação é realizada principalmente para a UE, continente norte americano, Japão e China.

Valor Exportado por Setor (Unidade: US\$ 10⁶)

	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Prod. Primários	12,620	15,564	16,787	18,071	20,254	19,175
Prod. Agrícolas	10,154	13,064	14,041	15,138	17,193	15,709
Minério	2,466	2,500	2,746	2,933	3,061	3,466
Prod. Secundários	23,787	25,935	27,981	29,720	29,676	32,736
Produtos Madeireiros	2,357	2,860	3,840	3,045	3,209	3,106
Produtos Industriais	33,497	37,609	39,193	41,191	45,919	44,296
Outros	2,701	3,076	3,473	3,511	3,862	3,727
TOTAL	38,555	43,545	46,506	47,747	52,990	51,129

Fonte: Boletim do Banco Central do Brasil, 12/99

As importações foram incrementadas a partir do ano 1993, especialmente até o ano 97 quando estabiliza a economia do país. Estas foram aumentadas com as importações dos maquinários e eletrodomésticos. No setor agropecuário foram aumentadas as importações dos insumos agrícolas.

Valor Importado por Setor		(Unidade: US\$ 10 ⁶)				
	1993	1994	1995	1996	1997	1998
TOTAL	25,256	33,079	49,972	53,301	59,755	57,731
Mat. de Consumo	3,020	4,658	8,631	9,214	9,241	8,826
Alimentos	1,089	2,014	3,514	3,279	3,251	3,057
Roupa	159	296	804	862	971	791
Outros	1,772	2,348	4,313	5,073	5,019	4,978
Mat. Prima	9,469	11,662	16,738	17,775	18,893	19,310
Grãos	1,229	1,408	1,665	2,103	1,579	1,865
Trigo	726	749	914	1,288	811	814
Adubo	511	634	661	860	951	954
Materiais Químicos	3,844	4,961	7,349	7,958	8,801	9,265
Metais	367	432	699	793	1,226	5,276
Carvão, etc.	438	571	1,096	938	1,115	1,375
Petróleo	4,398	4,069	4,712	6,124	6,020	3,987
Bens de Capital	8,369	12,690	19,891	20,188	25,600	25,280
Maquinas Transporte	2,103	3,396	5,935	4,514	6,389	6,793
Máq. e Equip. Energia	6,266	9,293	13,956	15,674	19,211	18,488

Fonte: Boletim do Banco Central do Brasil, 12/99

(7) Dívidas Externas do Brasil

As dívidas externas foram incrementadas com as políticas monetárias implementadas para a estabilização da economia, especialmente depois da implementação do Plano Real. As dívidas externas durante o período de 94 a 98, foram incrementadas de US\$ 148,3 bilhões para 235 bilhões. Estas são incrementadas com os financiamentos de médio prazo para as exportações. A dívida no setor público no ano 94 era de 64% da dívida total, foram diminuídas a 41% no ano 98, significando que teve os incrementos das dívidas nos setores privados.

Valores de Dívidas Externas (Unidade: milhões de US\$)

	1994	1995	1996	1997	1998
Dívida Total	148,295	159,256	179,935	199,998	235,058
Dívida Registrada	119,668	128,732	142,148	163,283	210,458
FMI	186	142	68	32	11
Bônus de Dívida Originaria de Bancos	51,538	51,451	51,239	41,930	40,400
outros	1,616	2,452	3,637	7,457	8,900
Empréstimo para Importação	35,711	36,113	34,165	50,785	65,040
Empréstimo de Capital	30,387	38,349	52,386	62,8998	95,949
Outros	230	227	203	181	157
Empréstimo de Curto Prazo	28,627	30,524	37,787	36,715	24,600
Petróleo	2,530	3,067	4,985	5,695	4,276
Não Bancários	56	354	177		
Bancos Privados	25,575	26,235	30,611	26,501	18,476
Empréstimo Agrícola de Curto Prazo	-	581	1,944	4,003	1,232
Outro	466	287	70	516	616
(Segundo Fonte)					
Governo Federal	75,701	76,031	74,010	65,989	65,800
Governo Estadual	2,140	2,333	2,796	3,512	4,745
Instituição Público	16,685	16,264	15,742	16,173	27,327
Aval	394	485	370	489	507
Governo	94,920	95,113	92,918	86,163	98,379

3. Modificações das Políticas Nacionais

Dando prioridade às políticas de controle da inflação crônica, as outras políticas econômicas e sociais foram afetadas fortemente. Desde a transformação do Governo até à re-democratização do país, foram adaptados vários tipos de políticas. Atualmente encontra-se na segunda etapa do Plano Real. A política do Plano Real podem ser caracterizadas pela estabilização da economia com a inflação controlada. Aberturas de comércio internacional e globalização dos mercados, e a diminuição dos poderes no governo federal, políticas financeiras controladas e a as vitalização da economia pelas privatizações das empresas estatais, e reformas políticas.

Para o controle de inflação foram aplicados vários tipos de políticas, representada pelas política monetária de taxa de juros altos, e a suspensão dos subsídios, resultando na diminuição das perspectivas aos investimentos. Referente ao comércio internacional, com a política de abertura do comércio internacional, os volumes de importação foram acrescidos, resultando-se nas deteriorações das balanças comerciais. Com o fim de melhorar as balanças comerciais, o Governo está estruturando os setores produtivos competitivos com outros países, dando as prioridades de políticas nas implementações das infra-estruturas produtivas e competitivas. Referente à globalização das economias, através do fortalecimento do MERCOSUL, está estruturando economias ativas. Na parte de finanças públicas, como medidas de reestruturação, foram adaptadas as políticas de privatizações, para minimizar os poderes do Governo Central e aproveitar as poderes do setor privado. Esta política foi bem sucedida, na privatização dos setores de Comunicações, Transporte, Eletrificação, Siderurgia, e Petróleo. Atualmente esta privatizando os setores financeiros. Na parte de reforma de finanças públicas, através das políticas de federalização que dão a responsabilidade das aplicações do orçamentos aos governos locais, implantou-se o sistema de controle de orçamentos. Mas estas políticas, irão pressionar os governos locais endividados, que impossibilita as implementações das obras públicas.

No setor agropecuário houve um crescimento da inadimplência, devido às políticas de altas taxas de juros aplicados aos créditos agrícolas, suspensões de subsídios, políticas de substituição para estabilizar os preços dos alimentos básicos com altas taxas de câmbio. Sendo o setor agropecuário um setor responsável por uma grande parte da exportação, e com a fragilidade deste setor há uma deterioração da balança comercial e das oportunidades de trabalho no meio rural. Sendo necessário que o Governo retome as políticas de reestruturação do Setor Agropecuário. Como medida de reestruturar o setor, foram adaptadas políticas de resolução das dívidas inadimplentes, aumentando-se os recursos destinados às ações de crédito agrícola e habilitando-se a infra-estrutura de transporte para fortalecer o setor como um setor competitivo.

No setor rural, as políticas que amenizam as disparidades sociais e regionais estão sendo implementados, através dos investimentos prioritários nas regiões de pobreza e nas linhas de crédito destinadas aos produtores rurais menos capitalizados.

(1) Política Econômica

Como medida de melhoria econômica, foram implantadas políticas de incentivos à exportação, aliviando as taxas de exportações e isenção de ICMS, e privatizações das empresas estatais, trazendo capitais externos. Também foram implantadas melhorias das infra-estruturas para estruturar as economias realmente competitivas, não sendo competitivos as economias dependentes das políticas cambiais.

Alem destas políticas, foram utilizadas as linhas de crédito do FMI para evitar as crises econômicas oriundo das crises asiáticos e de Rússia. Graças a isso, evitou-se a crise econômica em maior dimensão.

Para poder estabilizar a economia, o Governo está desenvolvendo as políticas que reduzem a deterioração da balança comercial através das expansão das exportações, e políticas fiscais que resolvam as dívidas financeiras. Como medidas de expansão das exportações, estão fortalecendo os

setores produtivos, através das implementações das obras relacionadas às vias de transporte que viabilizem a diminuição dos custos de transporte. O custo de transporte é, há muito tempo, uma das partes frágeis da economia brasileira, o chamado "custo Brasil".

(2) Plano Plurianual

Como medidas que buscam resolver os problemas do Brasil, o Plano pretende ativar as economias regionais aproveitando as características e vantagens das cada região. Os conteúdos do Programa estão Compostos por 4 objetivos:

- Equilíbrio fiscal: manutenção da inflação em níveis baixos através da redução da dívida pública e consolidação do equilíbrio fiscal no setor público.
- Crescimento econômico acompanhado da distribuição de renda que possibilita resolver as disparidades sociais e regionais: aumento o emprego e a renda da população menos favorecida através do crescimento econômico sustentável.
- Inserção do país na economia mundial, estruturando-se as estruturas das indústrias competitivas e produtivas: abertura do mercado, mantendo a proteção contra o comércio desleal.
- Crescimento econômico levando em conta aspectos do Meio Ambiente

Como medidas para atingir os objetivos, foram estabelecidas as a melhoria das infra-estruturas, conhecimentos e informações. Introdução dos programas dos Eixos de Desenvolvimento, enriquecimento dos programas sociais, política financeira responsabilizada, utilizações dos recursos naturais e participações das iniciativas privadas:

Como cenário macroeconomico, está objetivando estabilizar o índice inflacionário (3%), manter a taxa de crescimento econômico (5%), incrementar as oportunidades de trabalho (aumento de 2,7% anual) e de rendas, aumentar as exportações, etc.

4. Políticas Agrícola do Governo Federal

(1) Revisão histórica da política agrícola

A essência da política agrícola brasileira é composta por 3 sistemas: financiamento agrícola, seguro agrícola e garantia de preços mínimos.

O sistema de financiamento agrícola, fundado em 1965 com o nome de SNCR (Sistema Nacional de Crédito Rural), funcionou como fomento para a agricultura, oferecendo crédito com juros extremamente baixos, 2,3% a.a. negativos, operando-se como uma forma de subsídio até 1973. Entretanto, no contexto de altas taxas de inflação que passou a vigorar no país, a partir de 1974, este sistema de crédito rural beneficiado por juros baixos e fixos entrou em contradição com outros setores econômicos. O juro efetivo que chegou ao nível de 38,8% negativos, em 1980, pelo aumento do valor do subsídio decorrente do financiamento, deu motivo a usos inadequados e abusivos dos recursos destinados ao financiamento agrícola.

Preocupado com o aumento da oferta monetária causada pelo financiamento agrícola, o que veio a tornar-se um dos fatores inflacionários, o governo, em 1980, decidiu pela redução do montante destinado ao financiamento do setor. Em 1985, adotou o sistema que incorpora a taxa da inflação nos juros do financiamento, abandonando o sistema que implicava em juros negativos. Por outro lado, vários programas foram introduzidos para apoiar e proteger o setor, tais como do PROAGRO (Programa de Garantia da Atividade Agropecuária), PGPM (Política de Garantias de Preços Mínimos).

Posteriormente, foram iniciados os sistemas de Cadernetas de Poupança Rural no ano 1986, e no ano 1989 foram criados o Fundo Constitucional de Financiamento para o Desenvolvimento Norte, Nordeste e Centro Oeste do Brasil.

Entretanto, com a entrada em vigor de uma política de juros altos, no bojo da política econômica do governo federal, política esta que visava reduzir a inflação, considerada como um dos principais fatores da instabilidade da economia brasileira por um longo período, o setor agrícola começou a apresentar sinais de estagnação associados aos vários fatores negativos. A taxa de juros do crédito rural foi fixada num patamar superior ao do índice de preços dos consumidores, fazendo com que um grande número de produtores se tornasse inadimplente.

O Governo, conhecendo a importância das políticas de crédito agrícola, está adotando políticas agrícolas que fortalecem os setores agropecuários, aumentando os fundos para as linhas de crédito agrícola através das vários tipos de linhas de crédito que viabilizam a utilização de capitais estrangeiros e capitais do setor privado. Parte das fontes financiadoras está aplicando taxas de juros fixos.

(2) Tendências das Políticas Agrícolas

As estratégias básicas da política agrícola estão baseadas: na expansão da produção alimentícia, manutenção das estratégias de expansão das exportações, promoção da agricultura sustentável, preservação dos recursos naturais, e expansão das oportunidades de trabalho. As diretrizes das políticas agrícolas foram estabelecidas com base na revisão da política de crédito agrícola, determinação do papel do governo nas áreas de comercialização e de ofertas alimentícias, taxas de juros para as atividades de crédito agrícola. Estas diretrizes estão baseadas nos aproveitamentos das iniciativas privadas.

As políticas agrícolas estão se adequando às seguintes medidas:

- Diminuição do Custo Brasil.
- Taxas de juros fixadas na área do crédito rural,
- Desconto nas taxas de juros aplicadas,
- Implementação da PROAGRO, Publicações das Cédulas de Produtos que possibilita obtenção de recursos financeiros.
- Isenção de ICMS para exportação
- Diminuição dos Custos Administrativos que facilita a Estabilização da Renda dos Produtores
- Melhoria da Infra-estrutura de transportes, através da modernização .
- No setor de crédito agrícola, o Governo esta implementando políticas adequadas para cada situação, criando linhas de créditos específicos. Para os produtores de rendas baixas foram criadas o PRONAF, PROGER, etc.

Para estruturar a agricultura competitiva, o governo facilitou as captações de recursos dos setores de iniciativa privada no mercado financeiro para não depender dos recursos do Governo. Como exemplos, foram estabelecidas as normas para as Soja Verde, Cédula de Produtor Rural, etc. Também para ajustar as cadeias produtivas da economia agrícola, foram estabelecidas as linhas de crédito para as participações das Integradoras Avícolas, utilizando-se das linhas de créditos do FNO.

Como política de mercado, foi introduzido a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) e como uma forma de operar as PGPM foram adotados as Aquisições do Governo Federal (AGF), e o Empréstimo do Governo Federal (EGF). Com o fim de estabilizar os preços foram adotados o Prêmio de Escoamento do Produto (REP) para o anos agrícolas de 96/97.

Além das políticas agrícolas adotadas, existem as linhas de créditos específicos tais como: Custeios Agrícolas, Securitização, Cédula de Produto Rural, etc.

(3) Políticas Agrícolas Específicas

Quanto à política agrícola, o governo federal concebeu dois tipos de medidas a serem adotadas: uma de transição e outra a longo prazo. As medidas de transição visam ajustar a política agrícola em vigor à nova realidade macroeconômica, que surgiu com a estabilização da economia, reduzindo a intervenção

governamental nas atividades econômicas e incentivando uma produção agrícola voltada à economia de mercado. As medidas a longo prazo têm por objetivo a reorganização do setor agrícola visando a livre competição no século 21, considerando a importância estratégica que o setor agrícola assumirá na expansão da participação dos produtos brasileiros no mercado internacional e globalizado.

(4) Medidas de Transição

As medidas de transição correspondem às modificações nos seguintes sistemas: 1) Implantação das securitizações, 2) PGPM (Política de Garantia de Preços Mínimos), 3) Sistemas de Crédito Agrícola, 4) Sistema de armazenamento realizado pelo governo e 5) Sistema de Seguro Rural.

(4.1) Securitização das Dívidas Inadimplentes

O setor agropecuário, além de ter excedentes das ofertas alimentícias, anexando-se os volumes importados, as altas taxas de juros aplicadas ao crédito rural dentro das macro-políticas monetárias, sobrevalorização do câmbio, as ineficiências da função do PGPM, a renda bruta agrícola decresceram, especialmente nos produtores de alimentos básicos: feijão, soja, milho, resultando-se os aumentos das dívidas nos setores agropecuários

Para estabilizar as políticas do Plano Real, existiam as necessidades de estabilizar as atividades agrícolas em queda. Assim foi adotada a medida de "Securitização da dívida", atendendo as dívidas até o valor de R\$ 200.000,00 por produtor. A maioria destas dívidas eram com o Banco do Brasil, além de outros bancos em menor participação. Assim, com esta medida, parte das dívidas dos produtores foram resolvidas, podendo estes produtores rurais reiniciarem a sua produção. Porém, o problema do endividamento dos produtores ainda continua. A exigência de garantias reais por parte do sistema bancário é ainda um dos entraves para as operações de crédito agrícola. Acompanhando as inadimplências dos produtores, as cooperativas de produções, caso típico da Cooperativa de Cotia, um dos maiores da década passada ficou inadimplente. Na parte das cooperativas, o governo adotou as linhas de créditos específicos denominados RECOOP.

Esta linha de crédito RECOOP, cuja finalidade é a reestruturação de cooperativas com dificuldades, para a sua utilização existe a necessidade de se adequar às seguintes condições:

- Tendo a intenção da reestruturação da cooperativa, deve mostrar claramente a sua viabilidade econômica e financeira
- Estabelecer as formas de cobrança das taxas de serviços de comercialização pela cooperativa aos produtores
- Introduzir a especialização da atividade da cooperativa.
- Realização de monitoramento da viabilidade da estrutura.

O recurso destinado a RECOOP foi de R\$ 3 bilhões, destinados à resolução do endividamento (da estrutura e/ou associados).

(4.2) PGPM e Melhoria do Sistema de Estocagem

A PGPM foi útil para garantir a estabilidade da renda dos produtores rurais e para melhorar as condições de comercialização dos produtos. Por outro lado, ela também envolve o armazenamento da produção adquirida pelo governo, onerando e proporcionando demasiado trabalho ao setor público. Com o objetivo de reduzir o papel do governo e visando estabelecer uma economia aberta, o governo federal estabeleceu o sistema de Contrato de Opção de Venda, em abril de 1997, e AGF&EGF, e PEP para manter os preços dos produtos.

O Contrato de Opção foi criado com as finalidades de garantir os preços futuros, e cobra do agricultor um prêmio para ter o direito de vender ao governo, em data determinada o produto a um valor preestabelecido, fixado pelo preço do mercado futuro (se houver). No caso do contrato de opção, os

vencimentos ocorrem na entressafra, e o governo poderá optar por pagar a diferença entre os preços de mercado e o fixado ou transferir o produto para seus estoques. Programa de Escoamento de Produto faz parte da PPGM, tem objetivo de viabilizar o escoamento da produção da região com excedente de safra para centro consumidor ou processador.

(4.3) Melhoria dos Sistemas de Crédito Rural.

Os sistemas de crédito, que eram aplicados às taxas de juros flexíveis, influenciados pelas taxas de juros prevalecentes no mercado financeiro, estão sendo modificados para as taxas de juros fixo, para estabilizar as atividades de crédito agrícola. No caso de custeios agrícolas, foram aplicados as taxas de juros fixos (16% ao ano) a partir do ano agrícola de 95/96, diminuídos a 9.5% no ano agrícola de 97/98, e em 98/99 foram diminuídos até 8.75% ao ano. No caso das linhas de créditos para os pequenos produtores as taxas foram diminuídos de 6.6% para 5.75% , para as safras agrícolas de 99/00 e 2000/01, respectivamente.

- Recursos de Capital para as Linhas de Crédito Agrícola

As mudanças dos recursos de capitais destinadas ao SNCR são os seguintes;

	1995	1996	1997
Custo Produção	4814.6	4744.7	6944.52
Algodão	188.11	134.02	224.33
Arroz	480.85	389.49	383.30
Feijão	124.18	109.01	150.57
Milho	982.95	976.91	679.06
Soja	799.40	1,032.91	1,514.37
Outros	1,478.63	1,575.09	2,651.37
Agricultura	4,054.12	4,217.43	5,608.00
Pecuária	760.48	527.27	1,336.51
(Investimento)	1,684.91	1,628.00	2,005.59
Agricultura	831.28	604.58	866.89
Pecuária	853.63	1,023.42	1,138.70
(Comercialização)	1,263.98	418.92	889.41
Agricultura	1,225.28	378.53	861.35
Pecuária	38.69	40.39	28.07
(TOTAL)	7,763.49	6,791.62	9,839.52
Agricultura	6,110.68	5,200.54	7,336.24
Pecuária	1,652.80	1,591.08	2,503.28

- Incentivos das Utilizações dos Recursos de Capital Estrangeiro

Com a finalidade de facilitar o uso dos recursos externos, isentou-se do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), permitindo que o custo total da captação externa ficasse mais próximo da capacidade de pagamento do setor agropecuário. No entanto, as possibilidades de utilização desses recursos foram estendidos aos complexos industriais de fertilizantes e defensivos para o repasse deste crédito aos seus distribuidores e revendedores na compra direta de seus produtos. O valor de capital circulante destes recursos é grande, representando 20 % dos recursos destinados às áreas de crédito rural.

- CPR

A CPR foi proposta pelo Banco do Brasil e criada pela lei no 8.929, de 22 de agosto de 1994. É um título que permite a alavancagem de capital de giro necessário ao desenvolvimento da atividade rural e baseia-se na promessa de compra e venda de produtos rurais para a entrega futura, constituindo-se na promessa de entrega do produto físico, com ou sem garantia cedularmente constituída. O vendedor se obriga a entregar o produto prometido à venda, segundo descrição, condição, data e local previsto no título. A CPR pode ser negociada diretamente entre o emitente e o comprador ou ser vendida através de

mercado organizado. Nesse caso, deve estar avalizada por um banco e registrada na Central de Custódia e Liquidação de Título.

Embora o principal banco a operar com o CPR seja o BB, qualquer banco pode atuar nesse mercado. Os produtos circulados com CPR são, algodão, arroz, carne bovina, buzero, café, milho e soja. São os produtos exportáveis.

(4.4) Reforma dos Sistemas de Seguro Agrícola

Sendo uma atividade dependente das condições climáticas, a agricultura requer o amparo de seguros agrícolas. Embora, as taxas aplicadas para seguro agrícola sejam sumamente elevadas, resultando-se em aumentos dos custos de produção. Atualmente a EMBRAPA, está preparando os mapas de zoneamento. O governo está estimulando as atividades agrícolas seguindo as recomendações feitas pela EMBRAPA, através dos descontos das taxas de seguros agrícolas, especialmente aos produtores beneficiados pelo PRONAF e PROCERA.

(5) Medidas a longo prazo

Estas medidas visam a melhoria das atividades correlacionadas com a atividade agrícola, redução da intervenção governamental nas atividades de mercado, etc. Atenção especial será dada aos seguintes quatro itens:

- Reconstrução e Consolidação do Sistema de Pesquisa e Divulgação Tecnológica
- Ampliação, Diversificação e Modernização de Instalações Portuárias e Rede de Transportes
- Renovação e Consolidação do Sistema de Defesa Sanitária Vegetal e Animal
- Estruturação de um sistema para facilitar e ampliar a participação do setor privado no ramo da comercialização

(5.1) Reconstrução e Consolidação do Sistema de Pesquisa e Divulgação Tecnológica

Nas pesquisas agropecuárias, a participação de empresas privadas está sendo cada vez maior, porém os órgãos governamentais ainda assumem papel importante no desenvolvimento de novas tecnologias. O governo pretende modificar o sistema atual de pesquisa liderada pela EMBRAPA, reduzindo o seu setor administrativo, especificando ramos de pesquisa e produtos objetivos. A meta é alcançar uma agricultura eficiente e competitiva internacionalmente, utilizando o solo conforme características de cada região do território brasileiro. É extremamente importante, portanto, realizar uma pesquisa de aptidão agrícola de todas as regiões do território e preparar as possíveis alternativas de produtos rentáveis.

(5.2) Ampliação, Diversificação e Modernização de Instalações Portuárias e Rede de Transportes

Os pontos críticos para o melhoramento da infra-estrutura são a escolha da rota mais eficiente para o escoamento da produção agropecuária e a análise das alternativas de recursos, que deverão ser realizadas pela iniciativa privada em parceria com o Ministério dos Transportes. O governo pretende consolidar duas modalidades eficientes: transporte ferroviário e hidroviário. Existem 5 "Eixos de Desenvolvimento" projetados

- Eixo da Amazônia - Arco Norte e Madeira - Amazonas
- Eixo do Nordeste - Transnordestino e São Francisco
- Eixo Centro- Oeste- Araguaia-Tocantins Oeste
- Rede Sudeste
- Eixo do Sul-Sudeste e Sul

(5.3) Renovação e Consolidação do Sistema de Defesa Sanitária Vegetal e Animal

No mercado internacional, as normas de defesa vegetal e animal assumem papel cada vez mais importante. No campo da defesa sanitária vegetal e animal, medidas urgentes são necessárias no sentido de promover pesquisas rigorosas sobre o assunto. A discussão deste tema é uma tendência internacional, principalmente quando se trata de promover a defesa dos produtos nacionais de cada país. O governo brasileiro está ciente deste fato e considera que esta tarefa deverá ser assumida com eficiência e qualidade pelos órgãos públicos, de modo que os produtos brasileiros tenham livre acesso ao mercado internacional.

(5.4) Estruturação de um sistema para facilitar e ampliar a participação do setor privado no ramo da comercialização

A CONAB deve centralizar sua intervenção no apoio a pequenos produtores ou em casos de emergência. Além disso, a CONAB também deve se encarregar da melhoria do sistema de informações agrícolas sobre preços dos produtores e preços de exportação, abrindo ao público as informações sobre o processo de formação de preços e mercado.

5. Tendências do Setor Agrícola

A agricultura, apesar de representar apenas 14% (1994) do PIB, é um setor importantíssimo para a economia brasileira; 24% da população brasileira reside na zona rural, 27% da população economicamente ativa é absorvida pelas atividades agrícolas e 25% (1994) da aquisição de moedas estrangeiras é obtida através da exportação de produtos agropecuários e correlatos.

Existe uma disparidade regional na área de produção agrícola, sendo que 66% oriunda dos Estados nos Sudeste e Sul, especialmente esta tendência é nítida na produção de grãos. Observando-se as mudanças nas atividades de produção agrícola, os trabalhadores do setor agrícola estão mostrando uma tendência diminutiva, embora exista um aumento dos volumes produzidos, devido aos incrementos da produtividade. Estes são obtidos através dos efeitos das mecanizações, introduções das variedades melhoradas, melhorias da qualidade de insumos agrícolas, etc. As áreas cultivadas no ano agrícola de 95/96 foram de 353 milhões de ha, mostrando uma paralisação da expansão das áreas agrícolas desde no 1980. Este fato é nítido nas culturas de ciclo curto, mostrando a diminuição da área cultivada. (41.5 milhões de ha no ano 85 e 34.2 milhões de ha no ano 95)

O número de trabalhadores rurais também mostra tendência diminutiva, especialmente a partir do ano 1985. Durante o período de 10 anos (85/95), teve aproximadamente 1 milhão de famílias agrícolas que abandonaram as atividades agrícolas, chegando ao número populacional de 4.4 milhões de pessoas. A maioria destes produtores eram pequenos produtores rurais e arrendatários.

Em compensação, as produções foram aumentadas com os aumentos das produtividades. Os produtos que tiveram aumentos de produções foram de laranja, maçã, soja, tomate e uva, os quais são os produtos recentemente incentivados. Os produtos tradicionais tiveram algumas diminuições, especialmente na cultura de feijão e mandioca. O setor pecuário mostrou uma tendência crescente, especialmente na criação de bovinos e aves. O número de ovinos aumentou de 128 milhões de cabeças no ano 1985 para 153 milhões no ano 1995. Na criação de aves o aumento foi significativo de 437 milhões em 1985 para 718 milhões de aves no ano 1995. Assim como os setores agropecuários estão se transformando numa indústria crescente, resultando em melhor colocação a nível mundial. Isso são resultados dos esforços da política agrícola que incentivou as atividades agrícolas a tornarem-se indústrias competitivas. Consequentemente as culturas que não tiveram incentivos, diminuíram suas produções.

(1) Uso e Posse da Terra

Dentro do território brasileiro com uma superfície de 846 milhões de ha, as áreas registradas como de

uso agropecuário é de 353 milhões de ha, entre eles 50 milhões de há (5.9%) são utilizados para agricultura. A área de pastagem é de 173 milhões de ha, sendo 3/4 de pastagem natural. As mudanças nas áreas agrícola são as seguintes;

Mudança nas Áreas Agrícolas (1985~1995)

Áreas Agrícolas	1985	1995
Área Total	374,924,918	353,498,679
Perene	9,903,472	7,528,040
Ciclo Curto	41,569,402	34,249,382
Descanso	10,662,701	8,305,767
Pastagem Natural	110,243,263	78,048,135
Pastagem Cultivada	74,094,390	99,617,053
Bosque Natural	83,016,961	88,845,690
Floresta Cultivada	5,966,612	5,395,228
Pousio/Abandono	24,519,101	16,357,223

Nas estruturas dos produtores rurais, as formas de posse das terras são indicadas no Quadro seguinte. Existe uma tendência de redução dos números de famílias ocupantes.

Distribuição da Condição dos Estabelecimento

	Numero de Estabelecimento		Porcentagem(%)	
	1985	1995	1985	1995
Total	5,902,206	4,858,597		
Proprietário	3,748,024	3,603,076	63.5%	74.2%
Arrendatário	575,119	268,293	9.7%	5.5%
Sócios	444,324	277,518	7.5%	5.7%
Ocupante	1,034,739	709,710	17.5%	14.6%

Na distribuição das terras, a maioria dos produtores são os pequenos com de menos de 10 hectares e somam 50 % do número de estabelecimentos. A área ocupada por estes pequenos produtores são poucos, sendo somente 2.3% das áreas totais. Por outro lado os proprietários de grande escala ocupam 14.5% da área total, mostrando tendência decrescente.

Escala	No de Estabelecimento(%)		Áreas(%)	
	1985	1995	1985	1995
Mini (<10 ha)	51.4%	49.7%	3.1%	2.3%
Pequeno (10~100 ha)	39.4%	39.6%	20.4%	17.7%
Médio (100~1000 ha)	8.5%	9.7%	37.0%	34.9%
Grande (1000~10.000 ha)	0.7%	1.0%	27.2%	30.6%
(> 10.000 ha)	0.0%	0.0%	12.3%	14.5%
TOTAL	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%

O número de trabalhadores rurais são de 8 milhões de pessoas, sendo que 38% são dedicados aos cultivos de ciclo curto, e 33% ao cultivo permanente, 27% são pecuaristas, e 12% são de outras atividades. A maioria dos trabalhadores dedicam nas terras agrícolas menores que 10 ha. Os números de trabalhadores que dedicam nas fazendas grandes são de 19% do total.

(2) Economia Rural

Nas atividades agrícolas são observadas condições das deteriorações econômicas, devido aos vários fatores, tais como, políticas de garantia de preços efetuados negativamente, sistemas tributários, das taxas de juros aplicadas ao sistema de crédito rural, custos elevados de custeios agrícolas, custos de transportes elevados, e deficiente sistema de comercialização que penaliza os produtores rurais. Observa-se as penalizações sofridas pelos produtores de pequenas escalas, afetando especialmente

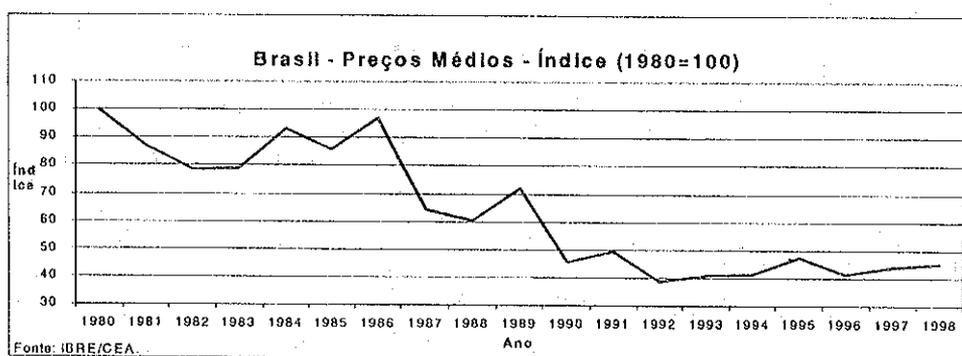
pelas políticas de estabilização econômica que controlava os preços, principalmente aqueles pertencentes às cestas básicas. No quadro seguinte pode-se observar as evoluções dos preços dos principais produtos agrícolas.

Preço Médio de Produtores dos Principais Produtos Agrícolas (Real)

Produtos	1994	2000/01
Carne Bovina (15kg)	43.29	36.07
Carne Suína (15kg)	24.37	19.96
Leite (litros)	0.40	0.29
Ovos (dúzia)	1.14	0.84
Mandioca (kg)	98.86	90.47
Milho (kg)	0.21	0.23
Soja	0.33	0.29
Tomate	0.64	0.45
Cebola	0.48	0.30
Arroz (em casca)	0.33	0.28
Feijão	1.28	0.65

(Fonte: Agroanalysis 2000/04)

Os índices de preços dos produtos agropecuários na figura seguinte, indicam as quedas de, aproximadamente 60%. Este fato afetou os produtores rurais que não podiam acompanhar o desempenho agrícola, significando as penalizações dos pequenos produtores.



Em compensação, os custos agrícolas mostraram uma tendência crescente, especialmente os de mão de obra. As evoluções dos preços indica-se no quadro seguinte. Os índices dos preços de insumos agrícola mostrou uma elevação dos preços, sendo que a mão-de-obra foi de 190%, e fertilizantes foi de 87%. Assim, como não houve aumento dos preços dos produtos agrícolas, as economias agrícolas foram deterioradas.

Evolução dos Preços de Principais insumos Agrícolas

Ano	1995	1998/08	2000/01
Seente	107.5	141.2	159.5
Fertilizante	111.2	137.9	187.2
Defensivos	105.2	130.2	181.4
Combustível	101.8	125.0	178.8
Mão de Obra	193.9	271.9	286.7

(Fonte: Agroanalysis 2000/04)

Apesar destas penalizações, as produções agrícolas foi incrementada, especialmente pelos produtores especializados. No quadro seguinte indica-se o crescimento no uso de insumos agrícolas.

Proporção de Produtores que Utilizam Insumos

	Total de Produtores (%)		Produtores Especializados (%)	
	1985	1995	1985	1995
Adubo	31.6%	38.2%	34.6%	44.6%
Calcário	5.5%	12.0%	13.4%	15.1%
Defensivos	35.5%	43.8%	35.5%	43.8%

(3) Produção Agrícola

A produção agrícola no Brasil foi expandida pelo aumento das produtividade, e não pela expansão das áreas produtivas. As lavouras que tiveram aumento de áreas cultivadas foram de soja e cana de açúcar. Apesar de observar-se alguma diminuição das produções, nas culturas tradicionais, tais como de algodão, café, mandioca, a maioria mostra a tendência crescente.

Área Plantada e Produção dos Principais Produtos Agrícolas

Prod. Agrícolas	Área Plantada (1.000 ha)			Produção (1.000 t)		
	1985	1995	1999	1985	1995	1999
Algodão	3,582	1,024	672	1,673	1,452	1,416
Arroz	5,446	3,906	3,810	9,023	10,541	11,779
Café	2,534	1,320	2,209	3,821	1,860	3,260
Cana de Açúcar	3,900	4,203	4,860	246,542	303,699	333,315
Feijão	5,317	3,006	4,179	2,548	2,946	2,889
Laranja	662	105	1,022	70,996	99,186	113,861
Mandioca	1,867	1,270	1,586	23,111	24,323	20,933
Milho	11,802	12,733	11,626	22,020	36,267	32,178
Soja	10,153	11,631	13,011	18,278	25,683	30,904
Trigo	2,670	994	1,252	4,323	1,534	2,436

(Fonte: IBGE)

Os incrementos da área pecuária são significativos, refletindo no aumento do número de animais. O setor avícola mostrou um crescimento significativo, incrementando 46% durante 95/2000.

Quantidade de Animais

	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Bovino	153,433,779	150,973,934	151,560,318	153,588,139	156,986,365	157,513,274
Bubalino	866,004	852,438	865,386	*881,898	*900,450	*921,232
Suíno	32,335,337	27,017,795	27,041,057	29,357,032	*30,147,684	*31,487,261
Frango (10 ³ ton)	4,050	4,052	4,461	4,854	5,526	*5,921
Ovos (10 ⁶ dúzias)	1,341	1,328	1,050	1,136	1,231	*1,286

(Fonte: FNP/ABCS/ABIE/IBGE) *: Estimativa

6. Condições Sociológicas

Por um lado segundo dados do Banco Mundial, a renda per capita Brasileira para o ano de 1999 foi de R\$ 3.321,00 mantendo-o como uma economia de posição mediana dentre os países de renda alta (US\$ 2.500 a 10.000). Por outro lado conforme o Relatório do PNUD, houve para este mesmo ano um maior empobrecimento da população, que de certo modo pode ser explicado pela fase de desaceleração da economia do período 1997-1999. No mencionado triênio como é sabido a economia cresceu a taxas muito reduzidas (1,01%) interferindo direta e principalmente sobre setores mais empobrecidos da população, integrados por extensivas frações da classe média também empobrecida.

Pela ótica das condições de vida da sociedade, a classificação segundo o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH (estimativa do PNUD; 2000) coloca o Brasil na 74ª posição dentre os 174 países considerados para o referido cálculo, mantendo o País no mesmo intervalo, ou mesma posição (0,500 a 0,799 em IDH) de desenvolvimento mediano indicado no relatório final de 1998, apesar de ter caído quatro posições abaixo da que se encontrava em 1999.

Tomando-se por base o conjunto dos países da América do Sul, vê-se que o Brasil na atual classificação do IDH ocupa uma posição inferior à dos países do Cone Sul (Argentina na posição 35ª, Uruguai 39ª e Chile 38ª) bem como da Venezuela na posição 65ª e Colômbia 68ª, estando acima apenas da Bolívia e Paraguai classificados em 114ª e 81ª respectivamente. Curiosamente, estes países encontram-se num grau de desenvolvimento econômico inferior ao do Brasil, evidenciando que o modo como vem sendo praticado o desenvolvimento econômico, não tem sido capaz de promover e elevar os níveis de desenvolvimento humano. (colocar gráfico 1.1 fjp)

Com relação ao aspecto acima, as iniciativas governamentais de âmbito federal e estadual têm se preocupado com o investimento no conteúdo das políticas públicas, tendo por perspectiva primeiramente a elevação das condições de vida da sociedade em amplo sentido, para posteriormente verem-se modificadas as posições do IDH referente ao País. A partir de uma visão mais abrangente sobre o desenvolvimento humano é que vem sendo propostos programas nas diferentes áreas da ação governamental, levando-se em conta a necessária intervenção ao nível da educação, saúde e saneamento e atividades geradoras do trabalho e da renda voltadas para a elevação de um padrão de vida básico.

Dentre as linhas programáticas cita-se como de grande importância pelo caráter indiretamente redistributivo, a de Assistência Oficial ao Desenvolvimento Rural com diferentes experiências pelo País, incluindo-se aquelas referentes ao Estado do Tocantins .

Com isto quer se chamar a atenção para o fato de que o impacto relativamente negativo do IDH sobre a sociedade e sobre a ação de governo deve ser revertido em grande medida por ações, ou programas fundados não na pobreza e no limiar da sobrevivência, mas, a partir de ações que estimulem e dinamizem o desenvolvimento rural e urbano.

Em termos gerais no Tocantins a reversão do IDH para melhores posições das condições de vida da população, conta a exemplo do que se disse acima com o arranjo de políticas definidoras de um conjunto de ações de desenvolvimento levando-se em conta os padrões básicos para a inclusão de segmentos sociais da sociedade rural e urbana no processo de desenvolvimento.

Conforme a situação da economia brasileira apontada anteriormente, o Estado do Tocantins a exemplo das demais unidades da federação, particularmente na região norte, acompanharam as contidas taxas do crescimento econômico do País.

A recente criação do Estado impede até certo ponto não só a mensuração mais efetiva do comportamento da sua economia, como também o estabelecimento de uma relação mais confiável entre esta e as condições sociais de vida da população. No entanto dados produzidos pela Secretaria de Planejamento do Estado estimavam a renda per capita para o Estado nos anos de 1999 e 2002 chegassem a de U\$ 928,3 e U\$ 1.147,8 respectivamente. Segundo a mesma fonte o setor Serviços (52,16%), seguido pelo Setor Primário (39,25 %) com destaque para a Agropecuária de Produção Animal que sozinha representaria 84% deste setor seriam os de maior contribuição para a composição total do PIB do tocantinense.

De acordo com a SEPLAN, neste mesmo período as condições de vida compreendidas como básicas ao desenvolvimento da população (renda, saneamento básico, redução da taxa de mortalidade infantil e educação) tendiam a melhorar, sugerindo uma relação harmônica entre os dois pontos observados. Contudo, se comparados os atuais níveis de condições de vida, com os índices calculados pelo PNUD que envolve os indicadores renda, esperança de vida e educação, ver-se-ia provavelmente que estes ainda estariam longe do considerado ideal ao desenvolvimento da população.

O Brasil é composto pôr cinco regiões (Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro Oeste) que apresentam diferenças entre si tanto em condições naturais (solos, recursos hídricos e climas) como em condições socioeconômicas (desenvolvimento industrial, infra-estrutura social e nível educacional). Segundo a estimativa do IBGE/DIEESE no Sudeste, a região mais rica, apresentou uma elevação da renda per

capita que chegou a U\$ 4.249,00 se comparado o ano de 1997 e 1994. Para o mesmo período, no Nordeste, a região mais pobre do país, a renda per capita sofreu uma ligeira elevação para U\$ 1.425,00 representando uma diferença de 2,9 vezes menor que a região Sudeste. Entre estados, a renda per capita de um dos estados mais ricos (SP) e dos mais pobres (MA) é respectivamente de U\$ 5.041,14 e U\$ 793,71 apresentando uma diferença de 6,4 vezes superior.

Nesta mesma lógica, com relação ao IDH o cálculo do PNUD do ano de 1996, o último disponível por município, é ilustrativo quando mostra este índice do Rio Grande do Sul (0,868) e para os estados como a Paraíba(0,557), Maranhão(0,547), Piauí(0,534) e Tocantins(0,587). O contrastante a comentar, é que haja no Brasil níveis de desenvolvimento humano tão desiguais, exemplo disto, no documento (PNUD; 1996) o Rio Grande do Sul se encontra classificado na 1ª posição, indicador este, semelhante ao de países de desenvolvimento humano alto, enquanto os mencionados Estados se classificam em posições significativamente inferiores e assemelhadas as de países de desenvolvimento humano baixo.

A desigualdade entre alguns estados e regiões, revelada nitidamente pelos indicadores sócio - econômicos acima citados, pode ser também ilustrada pela capacidade de arrecadação fiscal comum aos estados. Como regra geral os recursos financeiros dos estados são compostos por receitas próprias, como o ICMS, e por transferências constitucionais, repassadas pelo governo federal.

Diante disto, é importante observar que em Estados como São Paulo e Rio de Janeiro, onde se concentram indústrias desenvolvidas e maior abundância comercial de mercadorias e serviços, a receita estadual proveniente da arrecadação do ICMS por habitante em 1999 atingiu R\$ 704,82 (SP) e R\$ 523,63 (RJ), enquanto nos Estados pobres como Maranhão, Paraíba, Tocantins e Piauí, a receita fiscal é extremamente baixa: R\$ 188,49 (TO), R\$ 84,69 (MA), R\$ 179,33 (PB) e R\$ 124,50 (PI). Por consequência os referidos Estados, são obrigados a ter suas finanças em acentuada dependência do governo federal. A receita com transferências constitucionais no Estado do Tocantins representa 242% da arrecadação de ICMS, enquanto que em São Paulo esta relação é de 6%.

De acordo com o Boletim do Banco Central do Brasil, no ano de 1999 o Estado do Tocantins recebeu transferências constitucionais do governo federal o valor proximo de R\$ 455,28 por habitante valor este que chega a ser dez vezes maior que aquele recebido pelo Estado de São Paulo (R\$ 45,40).

A redução da desigualdade espacial é uma tarefa essencial, em longo prazo para o governo brasileiro. O atual governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso estabeleceu a modificação deste cenário de desigualdade espacial como uma das três diretrizes políticas da estratégia de desenvolvimento que estruturam o PPA, dando prioridade à execução de medidas concretas a partir de projetos de transporte (Eixo de Integração Nacional e Continental) promotores da comercialização dos produtos de regiões menos desenvolvidas e de projetos referentes à melhorias nas esferas da educação, saúde e saneamento.